

Exmo. Senhor Presidente do Conselho Europeu e Primeiro-Ministro de Portugal, Eng.º José Sócrates.

Exmo. Senhor Presidente da Comissão Europeia, Dr. José Manuel Durão Barroso.

Exma. Senhora Representante do Presidente da Fundação Calouste Gulbenkian, Dr.ª Isabel Mota.

Caros Colegas Oradores e caros membros do Advisory Group on Energy and Climate Change

Minhas Senhoras, e meus Senhores.

(Introdução)

São duas as mensagens que gostaria de partilhar.

A primeira é esta: Vivemos em tempos excepcionais.

Excepcionais pela grandeza dos desafios.

Excepcionais também pela aparente desproporção entre os perigos que se avolumam -- uns de forma clara, outros ainda a emergir num desenho inquietante -- e a fragilidade dos meios de que dispomos actualmente para os enfrentar.

A segunda mensagem deriva da primeira, e consiste no seguinte: Uma época com desafios extraordinários necessita de uma nova visão, capaz de suscitar medidas práticas, ousadas no seu alcance e inovadoras na sua implementação. “Grandes males, grandes remédios”, como diz a sabedoria popular portuguesa.

(Primeira Parte)

As alterações climáticas são o principal indicador da natureza excepcional da nossa época.

Há mais de um século que vozes pioneiras alertavam para a rota de colisão entre a nossa civilização, impulsionada por uma ainda recente, rude e primitiva estrutura técnica e científica, e o conjunto complexo de dimensões a que durante milhares de anos chamámos Natureza, e agora designamos como Ambiente.

As alterações climáticas emergiram nas últimas duas décadas e meia, como **a prova de que essa rota de colisão não era uma mera suspeita, mas sim uma verdade factual**, experimentada e repetidamente confirmada pela crescente rede de sistemas de informação e monitorização com que o Planeta Terra está hoje coberto: desde os satélites artificiais aos sensores que vigiam os oceanos, os glaciares ou o permafrost na Sibéria ou na Antártida Ocidental.

As gerações que hoje habitam o Planeta têm nas suas mãos uma responsabilidade absolutamente sem paralelo com nenhuma outra situação histórica do passado.

A primeira tarefa que pesa sobre os nossos ombros hoje é a de **estabelecer um firme e duradouro consenso sobre a seriedade e gravidade da ameaça das alterações climáticas.**

A mudança climática traz consigo um cortejo de possíveis acontecimentos futuros que configuram uma tragédia global. Importa dissipar, por isso mesmo, com a persuasão dos factos, os mitos que falam em “vencedores e perdedores” das alterações climáticas. Quando o Titanic se afundou o conforto da cabine em que se viajava não fez qualquer diferença no triste destino dos náufragos. No longo prazo só há perdedores nas alterações climáticas.

O que verdadeiramente importa é a compreensão de que nas nossas decisões de hoje se joga o futuro da humanidade. Thomas Jefferson, o 3.º Presidente dos EUA, considerava que evitar o défice orçamental e a dívida pública correspondiam a um princípio de justiça entre gerações. Por maioria de razão, podemos afirmar hoje que combater as alterações climáticas é o maior imperativo ético e político para com os nossos filhos e netos. **Trata-se de evitar uma dívida ontológica que jamais poderia ser paga.**

(Segunda Parte)

A segunda tarefa que nos deve unir hoje é a esclarecida recusa dos métodos antigos, do “business as usual”.

E isso implica compreender que a principal alavanca para encontrar soluções que tenham a escala e a dimensão adequadas à magnitude dos problemas globais da crise do ambiente e das alterações climáticas passa pela **inovação criadora dos sistemas de decisão e governação políticos**, sobretudo na esfera dos Estados e das relações internacionais, mas também nas grandes e pequenas organizações de todos os tipos, que constituem a sociedade civil.

A União Europeia, apesar das suas limitações, é certamente o melhor exemplo de inovação política nesse sentido. A criação de instituições de paz e cooperação, onde antes ocorria uma cultura endémica de rivalidade e guerra constitui uma forte inspiração de valor universal.

As ambiciosas propostas do Conselho Europeu de Março deste ano, em matéria de energia e alterações climáticas, podem e devem ser entendidas, não apenas como um desafio interno aos 27 Estados-Membros, mas também como um repto lançado pela Europa ao Mundo para que depois do termo do período de cumprimento de Quioto, em 2012, os povos e nações da Terra encontrem no âmbito da Convenção Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas uma via ainda mais exigente e eficaz para medidas coordenadas e globais de mitigação e adaptação face ao perigo climático crescente.

Devemos almejar um verdadeiro **Pacto de Protecção Ambiental e Climática** que não exclua nenhum Estado ou nação. Sem colocar em causa o princípio das responsabilidades comuns, mas diferenciadas, todos os Estados, desenvolvidos, ou em desenvolvimento, devem contribuir para o objectivo comum. A redução e estabilização das emissões devem resultar de uma combinação flexível de metas e instrumentos, recorrendo ao mercado, mas também à regulação, à inovação tecnológica, mas também usando de modo mais eficiente o que se já conhece agora, criando tectos de emissão nacionais e por sectores, mas também preservando as florestas e o papel da agricultura no ciclo do carbono.

(Conclusão)

Se nos deixarmos vencer pela inércia, a lógica estreita do egoísmo político, da “balança do poder” e do “interesse nacional”, deitarão a perder a batalha contra as alterações climáticas, entrando após 2012 numa situação climática e ambiental que apenas poderá ser descrita com as cores sombrias do “estado de natureza” hobbesiano. Em vez de um regime global destinado a reduzir as emissões e a concentração de gases com efeito de estufa, seríamos colocados num cenário de luta internacional pelo acesso a recursos naturais decrescentes, servida por uma sangria de inteligência e meios financeiros, sacrificados no altar de uma nova corrida aos armamentos. que acabaria, mais tarde ou mais cedo, por conduzir à guerra, e talvez mesmo a um colapso sem paralelo histórico. Assistiríamos à concretização, em grande escala, da “Tragédia dos Comuns”, estudada por Garrett Hardin, em 1968.

Se, pelo contrário, formos capazes de construir as instituições políticas propícias ao que costumo designar como “**cooperação compulsiva**” – i.e. a obrigação de cooperar, ditada pelo interesse partilhado da sobrevivência mútua -- então teremos grandes possibilidades de fazer convergir o melhor da inteligência e da criatividade humanas na criação de uma nova revolução industrial, talvez a primeira etapa de um modelo mais inteligente de vivermos em conjunto, criando uma economia progressivamente livre dos combustíveis fósseis, e capaz de estabelecer uma relação não predatória de simbiose com os ecossistemas da Terra.

Esse é o grande desafio, não de hoje ou de amanhã, mas do século XXI.

Um desafio para todos.

Mas um desafio que tem hoje na União Europeia, na responsabilidade e liderança dos Europeus, a sua principal esperança de concretização.

29 de Outubro de 2007

Viriato Soromenho-Marques